



Mulher vítima de violência deve ter política de assistência social

PEC apresentada pela senadora Marta Suplicy foi aprovada ontem pelo Plenário, em primeiro turno de votação, e pode ter análise definitiva hoje

A proposta de emenda à Constituição (PEC) analisada pelos senadores estende às mulheres vítimas de violência os benefícios da política de assistência social já previstos para menores, pessoas com deficiência e idosos. O texto recebeu 78 votos favoráveis e nenhum contrário. A autora da PEC, senadora Marta Suplicy, ressaltou que frequentemente a mulher se vê obrigada, por exemplo, a conviver com um companheiro agressor por não ter como se sustentar. Pela proposta, a assistência será prestada “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. **3**



Ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros, a senadora Marta Suplicy agradece o apoio de parlamentares à proposta que ampara mulheres agredidas

Jonas Pereira/Agência Senado

Roque de Sá/Agência Senado



Eduardo Braga (D), relator, conversa com Arthur Lira, presidente da comissão

Orçamento de 2016 tem regras flexíveis para remanejamento

As mudanças aprovadas ontem pela Comissão de Orçamento permitem administração mais flexível para o governo Temer remanejar

recursos orçados em 2016, como o aumento de 10% para 20% no cancelamento de determinadas despesas para reforçar outros gastos. **4**

Novo limite do Supersimples será votado hoje

Garantia foi dada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião com o governador do DF, Rodrigo Rollemberg, a relatora do projeto, Marta Suplicy, e o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira. Limite para participar sobe para R\$ 4,8 milhões. **4**

Senado se solidariza com povo dos EUA

O Plenário aprovou ontem voto de solidariedade ao povo norte-americano e à comunidade LGBT, em decorrência do atentado ocorrido domingo em Orlando, nos Estados Unidos. O requerimento é da senadora Marta Suplicy, que disse tratar-se de crime hediondo. **3**

Para cientistas, bloqueio de verbas afasta “cérebros”

Dirigentes de centros de pesquisa que participaram de audiência ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia disseram que a saída de cientistas e engenheiros do país foi intensificada

pelo contingenciamento de verbas pelo governo federal, que atingiu os fundos de investimento em ciência e tecnologia, ameaçando o andamento de diversos projetos. **8**



Lasier (C) acompanha exposição de pesquisadores que alertam para risco de projetos ficarem parados por falta de recurso

Pedro França/Agência Senado

Para ex-secretários, não houve crime de Dilma no Plano Safra

Gilson Alceu Bittencourt e André Nassar disseram à Comissão do Impeachment que as portarias sobre a equalização de taxas de juros do Plano Safra

não determinam prazos para pagamento ao Banco do Brasil. Por isso, avaliaram, a presidente afastada não pode ser acusada de atrasar repasses. **5**



Bittencourt fala à comissão, ao lado de Antonio Anastasia e Raimundo Lira

Gerardo Magela/Agência Senado

Recurso contra Jucá é rejeitado por João Alberto Souza **2**

Senadores aprovam novo embaixador para Argentina **3**

Lei Antidoping precisa ir a sanção até 17 de julho **6**

Comenda Abdias Nascimento anuncia homenageados **7**



Presidente do Conselho de Ética terá ainda que deliberar sobre um segundo pedido de processo protocolado contra Jucá

João Alberto Souza rejeita recurso contra Romero Jucá

Recurso para que não fosse arquivado pedido de processo disciplinar contra Romero Jucá no Conselho de Ética foi rejeitado por não ter as cinco assinaturas de senadores titulares exigidas pelo regimento

O PRESIDENTE DO Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), rejeitou recurso protocolado por seis senadores contra o arquivamento do pedido de abertura de processo disciplinar contra Romero Jucá (PMDB-RR) por quebra de decoro parlamentar. Segundo o presidente, o recurso, apresentado na semana passada, não contava com as cinco assinaturas de membros titulares do conselho, como exige o Regimento Interno do Senado.

O pedido havia sido assinado pelos senadores Ângela Portela (PT-RR), João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Regina Sousa (PT-PI), Telmário Mota (PDT-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Mas, apenas Randolfe, Regina, Telmário e Capiberibe são titulares do conselho. Ângela e Vanessa são suplentes.

O regimento estipula, explicou o presidente, que compete ao suplente substituir voluntariamente na representação da vontade do titular, subcrevendo documentos que exigem quorum específico. No artigo 84, o regimento traz as hipóteses específicas em que o suplente pode substituir o titular. Dessa forma, no recurso, a ausência de assinatura do titular não caracterizaria omissão desse parlamentar, mas a concordância com a decisão da presidência do conselho.

Quebra de decoro

O recurso apresentado questionava o arquivamento da representação protocolada no conselho em maio, pelo PDT, nas pessoas do senador Telmário Mota e do presidente da legenda, Carlos Lupi. O documento pedia abertura de processo por quebra de

decoro parlamentar contra Jucá em função da gravação de conversa do senador com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, em que, supostamente, discutiam a obstrução das investigações da Operação Lava Jato.

Ao arquivar o pedido, João Alberto disse estar fundamentado em um parecer da Advocacia do Senado, que entendeu não haver, no documento, dados suficientes para embasar a abertura de um procedimento. Faltariam documentos para instrução do processo, lista de testemunhas e especificação de provas a serem produzidas.

João Alberto ainda terá de se manifestar sobre denúncia feita por Telmário Mota, com pedido de instauração de processo disciplinar contra Romero Jucá porque teria sido chamado por ele de "bandido" e de "desqualificado".

Painel debate infraestrutura de transporte e logística

Especialistas do setor público, consultores e representantes da iniciativa privada vão debater hoje aspectos relacionados à infraestrutura de transportes e logística no país.

O painel é promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), com o apoio do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (Ibeji), no Auditório do Programa Interlegis, no Senado.

Os presidentes das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Ana Amélia (PP-RS); de Serviços de Infraestrutura (CI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN); e Senado do Futuro, Wellington Fagundes; e o diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, participaram ontem da abertura do evento.

Hoje o tema do primeiro painel, pela manhã, são os "Marcos jurídicos da infraestrutura de transporte e logística". Estão previstas as presenças de Bruno Batista, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), e Mauricio Lima, do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). A consultora legislativa do Senado Liliane Galvão fará a moderação.

Pauta do Congresso

No início da tarde, a pauta do Congresso sobre o assunto será abordada pela consultora Liliane Galvão e pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados Tarcísio Gomes de Freitas, com a moderação do diretor-adjunto do ILB, Paulo Viegas.

O terceiro e último painel

vai analisar os riscos jurídicos e econômico-financeiros da infraestrutura e da logística.

Farão parte os debatedores: o presidente do Ibeji, Rafael Valim; o chefe do Departamento de Transporte e Logística do BNDES, Cleverson Aroeira; o vice-presidente de Infraestrutura do Banco do Brasil, João da Silva Maia; e o gerente-geral da Unidade Serviços em Infraestrutura do Banco do Brasil, Fabiano Macanhan Fontes. Helder Rebouças será o mediador.

As inscrições podem ser feitas pela internet (*veja abaixo*). No mesmo endereço eletrônico, os interessados poderão acompanhar os painéis em tempo real.

Inscrições para o evento: www.interlegis.org.br

Ex-senador Jarbas Passarinho será homenageado em sessão do Congresso

A sessão solene do Congresso em homenagem à memória do ex-senador Jarbas Passarinho, falecido no dia 5, será realizada hoje no Plenário do Senado, às 12h. Ele morreu em casa, em Brasília, aos 96 anos, em decorrência de problemas de saúde pela idade avançada. Coronel reformado do Exército, foi governador do Pará na década de 60 e presidente do Senado na década de 80.

Biografia

Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri (AC), em 11 de janeiro de 1920. Coursou a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1940, ingressando, no ano seguinte, na Escola Militar de Realengo. Em agosto de 1962, alcançou o posto de tenente-coronel.

Na ditadura militar, indicado pelo presidente Castelo Branco, Jarbas Passarinho assumiu, em junho de 1964, o governo do Pará, aprovado pela assembleia do estado.

Em novembro de 1966, elegeu-se senador pela Arena. No ano seguinte, foi convidado pelo novo presidente da República, Artur da Costa e Silva, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Nesse mesmo ano, passou para a reserva com a patente de coronel.

Três anos depois, tomou

posse na Presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici, que convidou Jarbas Passarinho para o Ministério da Educação.

Reassumiu a cadeira no Senado em 1974. Em novembro do mesmo ano, foi reeleito pela Arena do Pará. Em fevereiro de 1981, foi eleito presidente do Senado.

Constituinte

A convite do presidente João Figueiredo, assumiu o Ministério da Previdência em novembro de 1983. Em 1986, foi eleito senador para a Assembleia Nacional Constituinte.

Foi ministro da Justiça do governo Fernando Collor, de 1990 a 1992, quando retornou ao Senado para concluir o mandato em janeiro de 1995.



Jarbas Passarinho foi governador do Pará e presidente do Senado Federal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Romeu Donizete Rufino**
8h30 Audiência pública sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com o diretor-geral do órgão.
- CDR Fundo contra secas**
9h Projeto que cria fundo para situações de calamidades decorrentes de secas é destaque da pauta.
- CCI Doações**
10h Entre 36 itens em pauta, texto que proíbe doações a candidatos e partidos políticos por servidores comissionados.
- SENADO DO FUTURO Reunião**
10h30 Comissão se reúne para apreciar requerimentos.
- IMPEACHMENT Testemunhos**
11h Senadores da comissão especial ouvem quatro testemunhas.

- PRESIDÊNCIA Reunião de líderes**
11h Renan Calheiros recebe líderes partidários; às 12h, preside sessão solene do Congresso; às 14h30, recebe o ministro do TCU José Múcio Monteiro; às 16h, preside a ordem do dia.
- CDH Adoção**
11h30 Projeto que facilita o processo de adoção abre pauta de 8 itens.
- CONGRESSO Jarbas Passarinho**
12h Sessão solene em homenagem à memória do ex-senador.
- PLENÁRIO Supersimples**
14h Abre a pauta projeto que simplifica regras do Simples Nacional.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Energia**
14h30 Audiência sobre produção de energias renováveis não hidráulicas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Estado deve apoiar mulher vítima de violência

Proposta aprovada em primeiro turno ontem estende a essa parcela da população a assistência social já prevista na Constituição a deficientes, crianças, adolescentes e idosos

O SENADO APROVOU ontem em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui a mulher vítima de violência entre os beneficiários da política de assistência social estabelecida pela Constituição. O texto, que recebeu 78 votos favoráveis e nenhum contrário, deve ter a análise definitiva hoje.

A PEC 43/2012 tem o objetivo de fortalecer as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência, que muitas vezes perdem a principal fonte de renda da família ao denunciar o companheiro agressor.

Apresentada pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), a proposta dá nova redação ao inciso II do artigo 203 da Constituição para ampliar o alcance do texto constitucional, incluindo a proteção à mulher vítima de violência ao lado da que é devida a crianças e adolescentes carentes. A PEC estabelece que a assistência social será prestada “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Para Marta, a assistência social é uma importante política pública prestada pelo Estado a deficientes, crianças, adolescentes e idosos, mas havia deixado de fora a mulher

vítima de violência.

— Essa mulher realmente fica numa situação de desamparo. Frequentemente volta para o companheiro que a agrediu por não ter recursos para fazer a vida de outra forma ou, quando o agressor não é o companheiro, nem sempre tem as necessidades mais importantes amparadas — disse a senadora.

Apoio

Em Plenário, os senadores Lúcia Vânia (PSB-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Omar Aziz (PSD-AM), Ângela Portela (PT-RR), Reguffe (sem partido-DF), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Telmário Mota (PDT-RR) destacaram a importância da medida e elogiaram a senadora Marta pela iniciativa.

— Às vezes, para ter como sobreviver, as mulheres se submetem a coisas horríveis. Com essa emenda constitucional, essa mulher passará a se sentir segura e amparada — afirmou Omar.

O senador Paulo Paim (PT-RS), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), classificou como da maior importância a garantia de proteção especial às mulheres vitimadas pela violência.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz a votação que aprovou a proposta apresentada por Marta Suplicy

Pronto para votação texto que aumenta pena por estupro

Em meio à comoção com os recentes casos de estupro coletivo no país, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está pronta para votar, em decisão final, projeto do senador Romário (PSB-RJ) que altera o Código Penal para aumentar a pena pelo crime de estupro. O relator da proposta, senador Paulo Paim, recomendou a aprovação com uma emenda.

Atualmente, a pena por estupro é de seis a dez anos de reclusão. Se resultar em lesão corporal de natureza grave e a vítima for menor de 18 anos ou maior de 14, a pena sobe para 8 a 12 anos de reclusão. Se da conduta resultar morte,

a pena pode variar de 12 a 30 anos de reclusão.

O projeto de Romário (PLS 73/2015) amplia a pena por estupro para 8 a 12 anos de reclusão. Também estabelece reclusão de 12 a 15 anos se o crime provocar lesão corporal grave ou se a vítima for menor de 18 anos ou maior de 14. E fixa pena de 20 a 30 anos de reclusão, se o estupro resultar em morte.

Romário pretendia ainda criar duas circunstâncias para agravamento da pena: relação sexual envolvendo sexo oral ou anal e ejaculação na boca, ânus ou genitália da vítima. Apenas a segunda foi aprovada no relatório de Paim.

No primeiro caso, Paim ponderou que recente alteração no Código Penal reconheceu o sexo oral e anal como elementos vinculados ao crime de estupro. Daí a impossibilidade de serem tomados como causa para agravamento da pena.

O entendimento foi diverso, entretanto, em relação à segunda circunstância, que poderá aumentar a pena do acusado em até um terço.

Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, foram registrados 47.646 estupros no país em 2014. Se passar pela CCJ, o PLS 73/2015 poderá seguir diretamente para a Câmara.

Aprovado voto de solidariedade a Orlando

O Plenário aprovou ontem um voto de solidariedade ao povo norte-americano e à comunidade LGBT, em decorrência do atentado ocorrido domingo nos Estados Unidos. O requerimento é da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

Na madrugada do último domingo, 49 pessoas morreram quando um atirador usando um fuzil e uma pistola abriu fogo dentro de uma boate voltada ao público gay em Orlando, na Flórida, Estados Unidos. O atirador

também morreu, em uma troca de tiros com os policiais.

Na sessão plenária de segunda-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) leu um voto da Comissão de Direitos Humanos (CDH) condenando o atentado. Marta afirmou, entretanto, que seria importante uma manifestação do Senado sobre “esse crime hediondo”.

— É uma posição em relação aos direitos humanos, ao respeito e à tolerância — disse Marta.

Viana é contra mudanças no Estatuto do Desarmamento

Jorge Viana (PT-AC) pediu aos deputados que não aprovem projeto que flexibiliza o Estatuto do Desarmamento em análise na Câmara. Entre outras mudanças, o texto reduz de 25 para 21 anos a idade-limite para compra de armas de fogo e permite que pessoas com antecedentes criminais possam portar armas. Viana considera isso um retrocesso:

— Mais de 50 mil mortes por ano! E só de armas de fogo são mais de 40 mil. Eu peço aqui a todos os colegas que fiquemos atentos. Que não se permita que o projeto de lei da Câmara que tem o propósito de flexibilizar o Estatuto do Desarmamento prospere.

Lídice critica projeto que flexibiliza acesso a armas

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou o fácil acesso às armas de fogo no Estados Unidos e a tentativa de flexibilização do Estatuto do Desarmamento no Brasil.

Para a senadora, os Estados Unidos estão atrasados na restrição ao acesso de armas. Ela também criticou a discussão, no Senado brasileiro, sobre a possibilidade de novas categorias profissionais terem acesso a armas.

Além da manutenção do Estatuto do Desarmamento no Brasil, Lídice sugeriu três ações: um Plano Nacional de Redução de Homicídios de Jovens, transparência de dados sobre segurança pública e violência e fim dos autos de resistência.



Sérgio Danese avaliou, em sabatina na CRE, que relação comercial com país vizinho deve ampliar

Escolhido novo embaixador para a Argentina

Os senadores aprovaram ontem o nome do diplomata Sérgio Danese para a embaixada brasileira na Argentina. Danese ocupou a Secretaria-Geral do Itamaraty nos últimos 16 meses e foi indicado pelo presidente interino Michel Temer.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizada na semana passada, Danese ressaltou os fortes laços históricos e culturais entre os dois países e lembrou que a Argentina é um dos maiores parceiros políticos e comerciais do Brasil. O diplomata observou que o Brasil é o principal destino das exportações argentinas.

O diplomata advertiu, porém, que,

entre 2011 e 2015, o intercâmbio comercial bilateral caiu mais de 40% — de US\$ 39 bilhões para US\$ 23 bilhões. Sérgio Danese acredita que essa situação pode ser revertida, uma vez que o presidente argentino, Mauricio Macri, e Michel Temer já sinalizaram a intenção de ampliar o diálogo e as trocas comerciais.

Para Jorge Viana (PT-AC), Danese é um excelente quadro da diplomacia nacional e terá um papel fundamental na recuperação do comércio entre os dois países. Relator da indicação de Danese na CRE, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) também elogiou a competência do diplomata e sua indicação para a embaixada em Buenos Aires.



Pedro Franco/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Projeto aprovado ontem na Comissão de Orçamento torna mais flexíveis os remanejamentos de recursos orçados em 2016 e inclui aumento de cargos para Justiça Eleitoral

Aprovadas regras para remanejar Orçamento

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o projeto que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso (PLN 3/2016). Crédito suplementar é um reforço a uma despesa já prevista na lei orçamentária.

O texto, um substitutivo do deputado Covatti Filho (PP-RS), autoriza o governo a reforçar, por decreto, até 20% do valor de uma despesa (subtítulo, no jargão orçamentário) prevista no Orçamento de 2016, mediante o cancelamento de 20% do valor de outra despesa. Atualmente, o remanejamento entre subtítulos é restrito a 10% do valor da despesa cancelada, de acordo com a lei orçamentária (Lei 13.266/2016). O governo alega que a mudança torna a gestão orçamentária mais flexível, podendo priorizar com recursos ações mais adiantadas.

Outra mudança na lei orçamentária aprovada é a possibilidade de o governo cancelar recursos incluídos por emendas coletivas, exceto as de execução obrigatória previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e redirecionar os recursos para outras áreas de interesse.

Eleições

O relatório também modifica a lei orçamentária para ampliar o número de cargos e funções comissionadas que poderão ser providos este ano pela Justiça Eleitoral para ajudar nas eleições municipais. A Lei 13.150/2015 criou 6.412 cargos e funções nos tribunais regionais eleitorais do país. O PLN 3/2016 viabiliza a contratação de metade (3.206) este ano. O orçamento em vigor só autoriza 161 cargos.

O aumento do número de admissões representa um impacto de R\$ 70,8 milhões nos gastos com pessoal da Justiça Eleitoral em 2016. O valor é bem superior aos R\$ 2,1 milhões



Sessão da Comissão Mista de Orçamento, que decidiu dar mais flexibilidade ao governo de Michel Temer para administrar os recursos deste ano

reservados na lei para os 161 cargos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que reivindica os cargos, alega que o custo das contratações já está contemplado no orçamento de pessoal do órgão e não implicará aumento de gastos.

Covatti Filho não acolheu o dispositivo do projeto que modifica o limite de suplementação das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por cancelamentos. O PLN 3/2016, elaborado no governo da presidente afastada Dilma Rousseff, permite que até 20% do valor do PAC seja cancelado por decreto e os recursos sejam distribuídos entre outras obras do programa. Hoje o Executivo só pode cancelar até 30% do valor de cada obra e usar os recursos anulados para reforçar a dotação de outros projetos.

O governo alega que a nova regra, ainda que mais flexível, é menos

abrangente do que a que vigorou nas leis orçamentárias de 2012 a 2015, que permitia remanejar 30% do valor global do PAC. O relator não concordou com o pedido do governo.

Participação garantida

Covatti Filho avaliou que o governo teria poder para remanejar R\$ 6,15 bilhões, sem participação alguma do Congresso na decisão sobre os principais investimentos realizados no país. A medida obteve apoio de outros parlamentares, como o deputado Claudio Cajado (DEM-BA). Para ele, essa autorização permitiria um menor controle fiscal pelo Congresso.

Durante a votação, o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, chegou a ligar para o deputado Sergio Souza (PMDB-PR), que estava presidindo a reunião, e para o senador

Wellington Fagundes (PR-MT), na tentativa de manter a redação original do texto. Como o processo de votação já estava em curso, os parlamentares decidiram que o assunto será discutido quando o projeto for votado no Plenário do Congresso.

Covatti Filho advertiu que a questão poderia ter sido resolvida na reunião se o governo já tivesse indicado um líder para a Comissão de Orçamento.

Relator da receita

O deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) foi confirmado ontem como o relator da Receita da proposta orçamentária de 2017. Ele trabalhará com o relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Compete ao relator da Receita a estimativa de arrecadação federal para o próximo ano.

(Com Agência Câmara)

Projeto do Supersimples deve ser votado em Plenário hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ao Plenário que o projeto do Supersimples (PLC 125/2015) deve ser votado hoje. Segundo Renan, ainda não houve um entendimento completo sobre o texto final que deve ser votado no Plenário. Ele disse, no entanto, que houve evolução “na discussão de alguns pontos”.

— Amanhã [hoje], será o primeiro item da ordem do dia. É uma matéria importantíssima, principalmente neste momento de crise. Essa pode ser a primeira medida para desamarrar os pés da economia.

Renan recebeu ontem a visita do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que apresentou algumas sugestões dos governadores para o projeto. A atualização do Supersimples já havia sido tema de um encontro dos governadores com os líderes

partidários no Senado na semana passada, mas não houve acordo sobre as alterações.

Também participaram do encontro a relatora do projeto, senadora Marta Suplicy

(PMDB-SP); o líder do governo, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP); e o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

Rollemberg demonstrou oti-

mismo com a votação da proposta. Ele disse que a Receita Federal e o governo pediram 24 horas para análise do texto final. Segundo o governador, um entendimento “está muito

próximo”. Ele confirmou que o limite de renda para uma empresa pertencer ao Supersimples, que atualmente é de R\$ 3,6 milhões, será elevado para R\$ 4,8 milhões.

O projeto eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual (MEI), que deverá passar dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. Rollemberg acrescentou que algumas sugestões dos secretários de Fazenda dos estados e dos representantes da Receita Federal devem ser acatadas pela relatora. Para ele, a aprovação do texto seria uma grande contribuição do Congresso para o país.

— Este é um projeto da maior importância para animar a economia, sobretudo para as micros e as pequenas empresas, que são segmento fundamental para a geração de empregos.



Perrella, Rollemberg, Marta, Renan e Aloysio durante reunião que definiu análise do texto que favorece microempresas

Gerardo Magela/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Bittencourt (ao lado de Lira) disse que não houve participação direta de Dilma nos atos do programa, enquanto Nassar (com o relator, Antonio Anastasia) avaliou que portarias não definiam prazo de repasse

Para ex-secretários, Dilma não cometeu crime

Testemunhas afirmaram que a presidente afastada não pode ser acusada de atrasar repasses do Plano Safra ao BB, pois não havia prazo para pagamento

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouviu ontem duas testemunhas que falaram em defesa da presidente afastada Dilma Rousseff. Ex-secretários do governo Dilma, eles argumentaram que as portarias do Banco Central sobre a equalização de taxas de juros do Plano Safra não determinam prazos para pagamento ao Banco do Brasil e, portanto, ela não pode ser acusada de atrasar tais repasses.

O Plano Safra, programa do governo federal em apoio à produção agrícola, inclui subvenções como taxas de juros menores para agricultores. À União cabe a equalização da subvenção, ou seja, o pagamento da diferença entre as taxas de juros mais baixas concedidas aos agricultores e as taxas praticadas pelo mercado. A denúncia aprovada na Câmara dos Deputados para o impeachment trata como crime de responsabilidade atrasos no pagamento aos bancos dessas equalizações das taxas de juros.

Defesa

O primeiro a ser ouvido foi o ex-secretário de Planejamento Estratégico do Ministério do Planejamento Gilson Alceu Bittencourt, que afirmou não ter havido participação direta de Dilma em qualquer ato das operações do Plano Safra.

— Não há participação efetiva e assinatura em nenhum ato ligado ao Plano Safra diretamente pela presidente. A lei não estabelece isso e nem mesmo as portarias — disse.

Bittencourt alegou ainda

que repasses do Plano Safra não configuram operação de crédito, e sim prestação de serviço, não havendo, portanto, desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Os defensores do impeachment afirmam que, quando o governo não repassa ou repassa menos dinheiro do que necessário, o Banco do Brasil acaba usando recursos próprios para bancar o programa, representando um empréstimo, o que é vedado por lei.

— Não interpreto como uma operação de crédito; interpreto como uma prestação de serviço. Em momento algum o que a União paga ao banco está diretamente relacionado ao que o produtor recebe. Ele recebe um recurso que vem do próprio banco, ou vem de outra fonte, como o Funcafé, por exemplo, e a participação da União é na diferença entre a taxa de juros, entre o que o produtor paga e o custo desse dinheiro — argumentou.

Atrasos

O segundo depoente do dia, o ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura André Nassar, não foi muito inquirido pelos senadores. Nassar foi empossado no cargo em 29 de março de 2015 e ficou pouco mais de um ano exercendo a função. Ele frisou que teria pouco a falar, pois participou da elaboração do Plano Safra 2015-2016, não do plano do biênio 2014-2015, que é o que está em questão no processo de impeachment.

Ele confirmou que teve notícias, à época, dos atrasos em pagamentos ao Banco do Brasil, mas disse que nunca ouviu que esses atrasos poderiam prejudicar a execução do Plano Safra. Nassar afirmou não saber se a operação foi prestação de serviço ou operação de

crédito. Ele também avalia que as portarias do Banco do Brasil não estabeleceram prazos para que o Tesouro efetuassem os pagamentos.

A pedido de senadores da base do governo interino, a comissão já tinha aprovado na segunda-feira a dispensa de duas testemunhas que seriam ouvidas nesta terça: Marcelo Saintive, ex-secretário do Tesouro Nacional, e Marcelo Amorim, ex-coordenador-geral de Programação Financeira do Tesouro.

O ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho também deporiam ontem, mas a defesa de Dilma pediu a troca por outra testemunha a ser definida.

Sessões diárias

Para agilizar as oitivas de testemunhas, o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), convocou sessões para todos os dias desta semana. A reunião de hoje começará às 11h. Amanhã e na sexta-feira, às 10h.

As testemunhas a serem ouvidas hoje são Cilair Rodrigues de Abreu, ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal; José Geraldo França Diniz, ex-subsecretário de Orçamento e Administração do Ministério da Previdência Social; Walter Baere de Araújo Filho, consultor jurídico do Ministério do Planejamento; e Hipólito Gadelha Remígio, consultor legislativo do Senado da área de Orçamentos e Fiscalização.

Hoje vence o prazo para que os membros da Comissão do Impeachment, a acusação e a defesa apresentem ressalvas, caso as tenham, a respeito da junta técnica escolhida pela presidência do colegiado para conduzir perícia sobre os documentos da denúncia do impeachment.

Disputa política no plano federal vai influenciar as eleições municipais, avalia Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) acredita que a disputa política no plano federal terá repercussões nas eleições municipais em outubro. Para ele, a população sabe quem apoiou o que ele chamou de “golpe contra a democracia”.

— Será a hora de ver quem honrou o voto do povo que há dois anos elegeu um governo e o viu ser tirado de cena por manobras não republicanas. Será a hora de ver quem esteve ao lado de Dilma e da

democracia e quem apoiou o golpe — declarou.

No caso do Recife, Humberto disse que os candidatos favoráveis ao impeachment, especialmente os ligados ao DEM, ao PSDB e ao PMDB, além do atual prefeito, filiado ao PSB, não serão perdoados pelos eleitores.

Ele informou que o PT deve apoiar a candidatura de João Paulo, que já foi deputado estadual e federal e prefeito da capital pernambucana.

Ferraço chama de “estapafúrdia” proposta da presidente afastada de eleições diretas neste ano

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), é “estapafúrdia” a proposta da presidente afastada Dilma Rousseff de voltar ao poder e promover uma consulta popular sobre a realização de eleições diretas este ano.

— Cada vez mais perdida em seus delírios, a presidente tenta encontrar uma forma de impedir a tendência do Senado de afastá-la em definitivo pelos crimes que cometeu.



Pedro França/Agência Senado

Além de avaliar que não haveria tempo hábil para consulta popular, Ferraço afirmou que essa teria que ser uma iniciativa do Congresso

Nacional. Ele disse que a proposta de Dilma revela duas coisas: o reconhecimento de sua incapacidade de governar e a tentativa de ludibriar a população, querendo angariar apoio até do próprio PT, que não confia nela.

Vanessa Grazziotin: Temer quer acabar com a Lava Jato e tirar direitos dos trabalhadores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o primeiro mês de governo interino. A senadora afirmou que o presidente interino Michel Temer tem apenas dois objetivos: acabar com a Operação Lava Jato e fazer reformas para retirar os direitos do povo e beneficiar empresários.

Ela criticou a medida econômica anunciada por Temer que limita os gastos públicos



Pedro França/Agência Senado

até o limite da inflação. Para Vanessa, com a proposta, o governo está dizendo ao país que vai congelar não apenas salários de servidores, mas também investimentos sociais e em infraestrutura.

— Teremos muito tempo para comprovar os reais objetivos deles para o Brasil: não é melhorar a vida do povo, é melhorar a vida dos empresários.

Relator da comissão mista, o deputado Celso Jacob prometeu concluir o relatório em quatro dias devido à urgência dos prazos para aprovação da medida provisória

Lei Antidoping precisa valer já nas Olimpíadas

O BRASIL TEM até o dia 17 de julho para transformar em lei a Medida Provisória 718/2016, que atualiza a legislação antidopagem e deve vigorar já em agosto, nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A comissão mista do Congresso responsável por analisar e emitir parecer sobre o assunto promoveu audiência pública ontem com a presença do secretário nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), Marco Aurelio Klein, e do gerente-geral de Serviços de Controle de Dopagem do Comitê Olímpico Rio 2016, Eduardo De Rose. Para eles, a MP atende as demandas internacionais.

— Foi um mecanismo que o governo trabalhou para que nós pudéssemos manter a nossa conformidade com o código mundial e consolidar uma consciência antidopagem no âmbito nacional, garantindo o direito fundamental de nossos atletas participarem de competições em condições de igualdade — avalia Klein.

O texto modifica normas gerais sobre o desporto no Brasil (Lei 9.615/1998). Segundo o governo, a medida traz “segurança jurídica, agilidade e visibilidade à luta contra a dopagem no esporte”.

A MP cria a Justiça Desportiva Antidopagem e estabelece as competências da Autorida-



O presidente da comissão, Humberto Costa (2º à esq.), e o relator, Celso Jacob (3º à esq.), prometeram agilizar votação da medida, necessária para os Jogos

de Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) — entre elas, a de conduzir os testes e fazer a gestão dos resultados. “O objetivo é tornar mais técnica e efetiva a defesa do direito dos atletas de participar de competições esportivas livres de quaisquer formas de dopagem”, diz o texto da MP.

Sanções

Pela medida, caberá ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB), órgão colegiado vinculado ao Ministério do Esporte, aprovar o Código Brasileiro Antidopagem (CBA), o qual definirá regras antidopagem

e sanções cabíveis.

— É uma exigência que exista um tribunal exclusivo na nossa ABCD. Eu penso que o critério de escolha não deve ser uma paridade de sexo como consta no artigo 55, mas principalmente o conhecimento do código e a experiência prévia em julgamento de atletas — sugere De Rose.

O texto da MP destaca ainda o credenciamento pela Agência Mundial Antidopagem (Wada-Ama) das novas instalações do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) do Instituto de Química da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os debatedores destacaram a preparação dos mais de 110 profissionais de saúde envolvidos no trabalho de coleta e exame do material biológico (urina e sangue) dos atletas brasileiros. Um trabalho que leva em conta também a lista de substâncias e métodos proibidos, que é atualizada periodicamente, além de respeitar o padrão internacional de testes.

Plano estratégico

O plano estratégico envolve o acompanhamento dos atletas com informação, programas e ações de educação para a prevenção contra o doping. — Estamos fazendo trabalho de proteção com 278 atletas que têm chance de medalha no Brasil, eles estão sendo testados de uma maneira mais intensa — informou Klein.

Outra preocupação é com a ética nas entidades de classe. Há ações judiciais nos Conselhos de Educação Física e de Medicina contra profissionais que estariam “provendo dopagem estruturada” para os atletas.

Para Klein, “o vexame de perder medalhas” é de enorme importância. Ele lembrou ainda que, no caso de reincidência, os atletas ficam proibidos de receber recurso público

(Bolsa-Atleta) por dois anos.

As punições também são prescritas em função das substâncias encontradas para cada tipo de competição. Conforme destacou De Rose, uma situação grave de doping por uma substância usada unicamente para aumentar o desempenho pode render até oito anos de afastamento.

— Se nós consideramos duas Olimpíadas, isso na realidade para um atleta é uma punição perene porque é muito difícil retornar após oito anos.

Ainda pelo código internacional, o atleta é eliminado do esporte na segunda vez em que usa uma substância dopante. Algumas federações internacionais exigem também uma multa de US\$ 5 mil por cada caso de fraude.

Relatório

O relator da comissão mista, deputado Celso Jacob (PMDB-RJ), prometeu concluir o relatório em até quatro dias devido à urgência dos prazos. O presidente do colegiado, senador Humberto Costa (PT-PE), também garantiu rapidez nos trabalhos.

— No momento em que o relatório for entregue, vamos marcar uma sessão de votação imediatamente para depois a matéria ser votada separadamente na Câmara e no Senado — afirmou.



Medida prevê o acompanhamento dos atletas com informação e programas educativos para a prevenção ao doping

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Situação de índios de Mato Grosso do Sul gera debate

Capiberibe e Moka relataram de forma diferente confronto entre indígenas e produtores rurais em Caarapó, mas se uniram, junto com Simone Tebet, em apelo pela aprovação de PEC sobre indenização

A INFORMAÇÃO DE um conflito entre indígenas e produtores rurais na cidade de Caarapó, no sul de Mato Grosso do Sul, gerou debate ontem entre os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Waldemir Moka (PMDB-MS) em Plenário. Capiberibe acusou produtores de atacarem um grupo indígena, causando uma morte, e Moka disse que essas informações estavam equivocadas.

Segundo Capiberibe, um grupo de fazendeiros atacou indígenas em uma propriedade rural invadida, em ação que deixou um morto e cinco feridos, incluindo uma criança.

— Não tem confronto, o que tem é massacre de fazendeiros armados contra indígenas desarmados. O Estado brasileiro não pode continuar a permitir situações como essa.

Indenizações

Capiberibe pediu medidas do governo federal para garantir as desapropriações de terras para comunidades indígenas mediante indenizações aos fazendeiros.



Capiberibe e Moka querem indenização a produtores pela transferência de terras

Moka interveio e afirmou que as informações não estavam corretas. Segundo o senador, um caminhão tentou romper uma barreira erguida pelos indígenas nas imediações da propriedade invadida e acabou atropelando um grupo. Na sequência, de acordo com ele, os índios agrediram policiais e depredaram um posto de polícia.

— Há um conflito, não temos todas as informações — disse.

Moka ressaltou que os produtores rurais do estado são donos legítimos das propriedades e só aceitarão sair delas



Fotos: Pedro Franco/Agência Senado

com as indenizações.

Simone Tebet (PMDB-MS) destacou que a proposta que garante as indenizações (PEC 71/2011) está na Câmara desde o ano passado, quando foi aprovada pelo Senado. Ela ressaltou que, em Mato Grosso do Sul, tanto os indígenas quanto os produtores rurais estão de acordo com os termos da transferência das terras.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é preciso haver melhor articulação entre a Câmara e o Senado para agilizar a tramitação de matérias importantes.

Conselho anuncia homenageados com a Comenda Abdias Nascimento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem que o Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento escolheu os homenageados deste ano.

Serão quatro homenagens, além de uma personalidade agraciada in memoriam. A comenda será entregue ao Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), ao cantor Lazzo Matumbi e aos atores Lázaro Ramos e Zezé Motta. O percussionista Naná Vasconcelos, falecido em março, também receberá a homenagem. A sessão especial para a entrega da comenda será realizada em novembro, para celebrar o Dia da Consciência Negra — comemorado no dia 20.

O conselho, presidido por Paulo Paim (PT-RS), é responsável pela comenda, entregue todos os anos pelo Senado

a pessoas e instituições que se destacam na luta contra o racismo e pela contribuição da raça negra para a formação do país.

A comenda é inspirada em Abdias do Nascimento (1914–2011), senador e deputado federal pelo Rio de Janeiro, jornalista e militante do movimento negro no Brasil. Ele esteve à frente de projetos pioneiros na luta pela igualdade racial, como o Teatro Experimental do Negro e o jornal *Quilombo*.

Passou 13 anos no exílio após a edição do Ato Institucional 5 pelo regime militar, em 1968. Foi um dos principais idealizadores do Dia da Consciência Negra. Em 2010, chegou a ser recomendado pelo governo federal para uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, mas não foi incluído entre os finalistas.



Lázaro Ramos, Zezé Motta e Lazzo Matumbi são agraciados neste ano

Randolfe cobra exame de medida provisória que prorroga o Mais Médicos

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou ontem questão de ordem cobrando a instalação imediata de comissão mista para exame da Medida Provisória (MP) 723/2016, que prorroga a per-

manência de estrangeiros no Programa Mais Médicos sem a revalidação do diploma no Brasil. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a Mesa Diretora responderá ao questionamento hoje.

Randolfe lembrou que as medidas provisórias devem trancar a pauta de votação de cada uma das Casas do Congresso a partir do 45º dia de edição. As medidas perdem a eficácia se não forem

convertidas em lei no prazo de 60 dias, prorrogável por igual período. Uma vez designada, a comissão mista tem prazo de 12 horas para sua instalação.

No caso da MP 723/2016, em tramitação no Legislativo há 45

dias, Randolfe destacou que a comissão mista nem sequer foi instalada, e sua rejeição ou extinção por decurso de prazo poderá impedir a atuação de 7 mil profissionais do Programa Mais Médicos. A MP estende o prazo de atuação dos médicos por três anos e concede visto temporário pelo mesmo período.

— Quando a MP foi editada, o Ministério da Saúde informou que 7 mil profissionais sairiam do Mais Médicos se não ocorresse a edição da norma e, posteriormente, a aprovação pelo Congresso Nacional. As cidades correm agora o risco de, em dois meses, não terem médicos.

Fim do programa é “genocídio contra o povo brasileiro”, avalia senador pelo Amapá

Em discurso na tribuna, Randolfe Rodrigues disse que o Programa Mais Médicos atende comunidades pobres, como as localizadas no Norte do país. Ele citou o exemplo do Arquipélago do Bailique, um grupo de oito ilhas no leste do Amapá. Os profissionais também atendem povos

indígenas que antes não tinham nenhuma assistência médica. A partir de julho, os profissionais voltam para seus países de origem, sem perspectiva de substituição, alertou Randolfe. O fim do Mais Médicos é considerado pelo senador um “genocídio contra o povo brasileiro”.



Randolfe: 7 mil médicos podem ir embora do país caso MP não seja aprovada

Paim lê manifesto da Justiça do Trabalho em defesa de direitos trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário manifesto em defesa dos direitos trabalhistas. O documento, assinado por 19 ministros do Tribunal Superior do Trabalho, ressalta a persistência no Brasil de “formas inaceitáveis de degradação e exploração”, com elevados índices de trabalho in-



fantil, escravidão e acidentes de trabalho.

Em outro discurso, ele registrou que mais de mil pessoas foram retiradas da situação de escravidão em 2015 no país. A maioria era explorada em área urbana, incluindo menores e imigrantes bolivianos, chineses e haitianos.

Capiberibe frisa papel das redes sociais para fiscalizar a administração pública

João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou ontem a importância das redes sociais e do aplicativo WhatsApp na fiscalização do uso do dinheiro público, que se tornou possível pela obrigatoriedade de o poder público colocar na internet a execução orçamentária.

No Amapá, disse, há no WhatsApp grupos que acompanham obras

e cobram do governo e das empresas a execução dos serviços contratados. Também ele e sua equipe mantêm projeto pioneiro que ensina a população a fazer esse tipo de controle pela internet.

— A tecnologia digital e a lei de transparência possibilitaram o surgimento desse projeto exitoso de democracia direta.

Amorim comemora investimento de ministério em rodovias de Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) comemorou os investimentos anunciados pelo ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, nas rodovias de Sergipe.

De acordo com o senador, as mudanças significam avanço e progresso para todo o estado.

— Mostramos in loco



como é perigoso transitar pela BR-235 no trecho sergipano. Há vários casos de pessoas que foram atropeladas nos povoados que margeiam a rodovia. Este foi um final de semana muito proveitoso para os sergipanos com o anúncio de todos esses investimentos em nosso estado.

Cientistas pedem fim do bloqueio de verbas

Sem recursos, retidos pelo governo federal, instituições científicas relatam perda de pesquisadores altamente qualificados. A situação é pior ainda nas universidades

O REPRESAMENTO DE recursos para adequar o fluxo de caixa do governo, chamado de contingenciamento, atingiu os fundos de investimento em ciência e tecnologia, ameaçando projetos e intensificando a fuga de cientistas e engenheiros, segundo dirigentes de centros de pesquisa que participaram de audiência promovida ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) arrecada por ano quase R\$ 5,1 bilhões, mas parte expressiva desses recursos não tem sido aplicada. De acordo com o presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Sebastião Sahão Junior, o órgão obteve cerca de um terço do valor orçado em lei.

Diante da insegurança em relação à liberação de recursos para desenvolver seus projetos, cada vez mais pesquisadores têm migrado atrás de fontes mais confiáveis de financiamento.

— O contingenciamento tem um impacto grande na formação de pessoas, que demanda tempo. Para mantermos esses talentos também precisamos de recursos — disse Sahão.

Um dos projetos ameaçados pela descontinuidade nos repasses é o desenvolvimento do avião de transporte militar KC-390. Fabricado pela Embraer, com a participação da Argentina, de Portugal e da República Tcheca, o



Fotos: Pedro Franco/Agência Senado

Lasier (C), entre os debatedores: projeto do maior avião brasileiro, o KC-390, de carga, ameaçado de não ser entregue em 2018 se houver novos cortes

cargueiro projetado pela Força Aérea Brasileira (FAB) para ser a maior aeronave brasileira deverá ser entregue em 2018, se novos contingenciamentos não vierem.

— O contingenciamento impacta fortemente o projeto da aeronave KC-390 — ressaltou o major-brigadeiro Fernando Cesar Pereira Santos, vice-diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Segundo ele, alguns projetos do DCTA que deveriam ser executados em três anos levaram cinco anos ou mais em razão da demora na liberação

das verbas autorizadas.

Falta previsibilidade para trabalhar com ciência e tecnologia no Brasil, conforme o vice-diretor do Instituto Evandro Chagas (IEC), Fernando Tobias Silveira, e o diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Jorge Almeida Guimarães.

Universidades

Se a situação para essas entidades é difícil, o cenário é ainda mais complicado para as universidades, de acordo com Guimarães.

— Esta mesa é a elite e, de alguma forma, tem maneiras de se safar. DCTA sobrevive. CPqD e Instituto Evandro Chagas também, mas não servem de exemplo para a questão da gravidade da descontinuidade de recursos. Vocês precisam ver a lista de queixas das universidades — advertiu.

Esse ano, a CCT está avaliando a política pública para o setor. O presidente do colegiado, Lasier Martins (PDT-RS), lamentou os cortes na área de ciência e tecnologia.

— Sem pesquisa e ciência, nós jamais seremos competitivos — alertou.

Audiência debaterá o programa de tutores em universidades

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debaterá amanhã, a partir das 10h30, o processo de desligamento e a permanência dos tutores que integram os grupos do Programa de Educação Tutorial (PET). O programa do governo federal, coordenado pelo Ministério da Educação, estimula as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de graduação.

Existem 842 grupos distribuídos entre

121 instituições de ensino superior no país. Os estudantes podem ser bolsistas até a conclusão da sua graduação e o tutor pode permanecer na função por período máximo de seis anos. As bolsas têm valor mínimo de R\$ 400 (o equivalente à política nacional de bolsas de iniciação científica a graduandos).

Cada grupo PET conta com um conjunto de alunos bolsistas, um professor-tutor, vários professores

colaboradores e, muitas vezes, com alunos voluntários que ajudam nas atividades. A renovação dos bolsistas é anual, por meio de processo seletivo para substituir aqueles que concluem a graduação. Para ser tutor, o professor também passa por seleção.

Ana Amélia (PP-RS) propôs o debate. Foram convidados o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Paulo Barone, o presidente

da Comissão Executiva Nacional do PET, João Aristeu da Rosa, o presidente da Comissão Organizadora do Congresso Latino-Americano Interdisciplinar do Adolescente, Dante Barone, e representantes da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial e da Universidade de Brasília.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Para Dário, economia depende da redução da taxa de juros

O Brasil precisa reduzir a taxa básica de juros, hoje em 14,25%, disse Dário Berger (PMDB-SC).



Na opinião do senador, essa é uma das medidas essenciais para a recuperação econômica.

— Prova disso é que a redução dos juros foi uma das reivindicações feitas por empresários ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Eles também pediram crédito mais fácil, estímulo às exportações, manutenção do dólar no patamar atual e nenhum aumento de impostos. Os empregos são gerados pelas empresas, que estão sufocadas pelos juros.

Fátima comenta atos em defesa da Petrobras e do pré-sal

Os petroleiros estão preocupados com projetos que podem mudar as leis que destinam à educação dinheiro do Fundo Social e dos royalties do petróleo, disse Fátima Bezerra (PT-RN). Segundo a senadora, a preservação dessas normas é importante para o desenvolvimento do país. Ela destacou ato da Federação Única dos Petroleiros em defesa da democracia, da Petrobras e do pré-sal.



Fátima também criticou outras propostas que podem reduzir investimentos em áreas sociais, como a de desvinculação de receitas da saúde.

Ângela pede combate intenso à exploração do trabalho infantil

Domíngos, dia 12, foi o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, lembrou Ângela Portela (PT-RR). A senadora destacou que o Brasil ainda tem cerca de 500 mil menores de 14 anos trabalhando.



— Apesar de alto, esse número já é 46% menor do que se registrava há dez anos.

Ela disse recear o agravamento do problema com uma agenda que faça cortes, por exemplo, do Programa Bolsa Família. Ângela também lembrou que 15 de junho é o Dia Mundial de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.

Muniz quer aprovação de MP que beneficia agricultura familiar

Roberto Muniz (PP-BA) defendeu aprovação da MP 715/2016, que destina R\$ 316 milhões para pagamento de parcela do benefício Garantia-Safra e tranca a pauta do Senado. Segundo Muniz, a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil e, na Bahia, 87% das propriedades rurais são de produtores familiares:



— O Garantia-Safra busca dar garantias mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares, que sofrem com a perda da safra por motivo da seca e até do excesso de chuva.

Cidinho destaca reunião de ministros de Agricultura do G20

Cidinho Santos (PR-MT) destacou a participação brasileira na reunião de ministros de Agricultura do G20, realizada na China na semana passada. Segundo o senador, a delegação brasileira, liderada pelo ministro Blairo Maggi, reforçou a busca de acordos bilaterais para garantir o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar da população mundial.



Cidinho, que representou o Senado na reunião, ressaltou o papel da China para o agronegócio brasileiro e o empenho do ministério na habilitação de frigoríficos para exportação.